

Silva DA, Hernández JG, Silva Júnior AL, Uziel AP. *Feminilidades: corpos e sexualidades em debate*. Rio de Janeiro: EdUERJ; 2013.

Wilza Vieira Villela<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Departamento de Medicina Preventiva, Universidade Federal de São Paulo.

Analisar experiências de diferentes mulheres sob a ótica das suas feminilidades – atributos de gênero que produzem a identidade “mulher”, implica o reconhecimento da polissemia dos termos que orientam a análise de feminilidade, corpos, sexualidades – como a igual polissemia do termo que lhes confere sentido, *gênero*.

Este foi o desafio proposto no seminário Corpos, Sexualidades e Feminilidades, realizado em setembro de 2012 na UERJ. A publicação das apresentações e debates, organizada por Daniela Andrade Silva et al., sob o título *Feminilidades: Corpos e Sexualidades em Debate*, EdUERJ, 2013, 394 p. permite que um número maior de pessoas usufrua das reflexões que emergiram durante o evento. A opção de publicar não apenas os textos dos palestrantes, como também as discussões que seguiram cada apresentação amplia as possibilidades de reverberação de cada um dos temas abordados e facilita o diálogo com o leitor.

Um dos vários acertos desta iniciativa foi a abdição do uso do termo “gênero” no título, tanto do seminário quanto da publicação. Embora admitindo a motivação de indagar a respeito das confluências e bifurcações que articulam gênero e sexualidades na vivência de corporeidades singulares, tal postura explícita o posicionamento de tomar *gênero* não como um descritor empírico ou explicação última dos fatos, mas como a lente que orienta o olhar sobre cada tema.

Em que pesem os diversos sentidos pelos quais *gênero* tem sido apropriado pela literatura acadêmica – performances corporais e subjetivas, jogos de poder entre e intrassexos e outros, gênero foi assumido como o dispositivo social que institui a noção de feminilidade. Não se trata, pois de problematizar gênero, e sim as diversas feminilidades possíveis de serem engendradas. Para cada uma que se diz mulher a feminilidade é aquele atributo que, vivenciado e reconhecido pelo olhar do outro, torna possível esta identificação.

Ou seja, as feminilidades só se materializam na interação. Suas expressões posicionam quem as aciona na sua relação com o mundo. Feminilidades se produzem, reproduzem e se transformam, trazendo sentidos e significados singulares para cada pessoa na sua corporeidade e modo de subjetivação.

Nesta perspectiva, também é emblemática a omissão da palavra “mulher” no título do livro e dos cinco

eixos que compõem a publicação: assume-se que “mulher”, independente das características biológicas de cada um/uma, é efeito da produção de feminilidade sobre um corpo, o que atualiza, problematizando, o famoso “tornar-se mulher” beauvoiriano.

Ao lado da compreensão da feminilidade como uma materialização de performances de gênero, os textos e os debates apresentados tomam como pressuposto a sexualidade, para além da expressão do desejo, na sua função social como mecanismo regulador de poder. Atuando em sinergia com outros marcadores sociais, como os étnico-raciais e os relativos à pobreza, a sexualidade, articulada à uma idealização perversa do feminino, opera produzindo desigualdades e hierarquias entre mulheres.

Ressalte-se ainda o feminismo como perspectiva teórico-política que, ao lado da abordagem de gênero, orienta a publicação. Nomeado no título do primeiro eixo e referido ao longo das várias apresentações e debates, o feminismo permeia todas as reflexões. Não a partir de uma visão homogênea, monolítica, ou dogmática, mas como uma perspectiva plural e multifacetada, direcionada à defesa dos direitos das mulheres. Mesmo que não haja consenso, e apesar da diversidade de mulheres que emergem das diferentes construção de feminilidades.

Cada um dos eixos que compõe a publicação conta com contribuições de acadêmicos e de ativistas. O primeiro eixo trata das dimensões políticas dos corpos e das sexualidades, e é abordado sob duas perspectivas: numa primeira, é feita uma análise dos jogos de poder em torno da raça, sexualidade e gênero nos processos coloniais globais, tanto nos séculos passados quanto na sua atual versão de conflitos geopolíticos que tomam religiosidades e dogmatismos como pretexto. O contraponto é feito na segunda apresentação deste eixo, onde, a partir da rememoração de biografias de destacadas mulheres negras, é contestada a ideia de sua suposta invisibilidade no imaginário social brasileiro. Não há invisibilidade, há um processo de aniquilamento. As histórias das mulheres negras são apagadas, distorcidas, desqualificadas; criam-se personagens como as “macacas de auditório” ou as “negas malucas” e o conteúdo de resistência ou subversão que marcam estas histórias é omitido ou vira caricatura. Trata-se, assim, de buscar um olhar crítico sobre as propostas de “tornar visíveis” as mulheres negras de modo a se contrapor ao seu aniquilamento e à omissão da sua importância na construção da história brasileira.

O debate que se segue problematiza o risco de sermos tragados pela onda islamofóbica atual, e, na mesma direção, de julgarmos as mulheres de outras culturas pelas nossas lentes desfocadas e mal informadas. É também problematizada a relação dos



feminismos brasileiros com as mulheres negras, assinalando a diferença entre organizações de mulheres negras, organizações feministas de mulheres negras e organizações feministas que contam com mulheres negras nos seus quadros.

O segundo eixo trata da feminilidade trans, na perspectiva da contínua e constante construção de si que a mulher trans deve fazer. De acordo com uma das expositoras, as mulheres trans vivem a cada dia e hora a expectativa que o outro a veja como ela se vê: uma mulher. Não uma mulher adjetivada ou particularizada. Questão que, sob outra ótica, é abordada por outro texto, que discute a falácia de ideia da “trans verdadeira”, em oposição à falsa trans, a travesti, apontando a dimensão moralista que subjaz à distinção entre umas e outras. As primeiras, vitimadas por uma incongruência entre corpo e mente, granjeiam solidariedade e têm acesso a tratamento no SUS. As segundas, que se constituem na ambiguidade entre atributos biológicos e performances de gênero, são tidas como transgressoras. Estigma, discriminação na escola e no mercado de trabalho e outras formas de violência marcam a vida das mulheres trans, sejam travestis ou transexuais.

O debate que se segue aponta a desnaturalização do feminino que o corpo trans promove, e os incômodos daí decorrentes. No limite, toda mulher cotidianamente constrói sua feminilidade. Entretanto, esta construção adquire sentidos distintos, a depender da genitália de cada uma. Assim, acesso à cirurgia de transgenitalização torna-se tema fulcral na vivência trans.

O terceiro eixo tratou da prostituição, abordando os aspectos morais que permeiam os discursos sobre o tema, inclusive os feministas, vitimizando a mulher que se prostitui. Nestes, a prostituta é entendida como o maior exemplo da dominação masculina sobre os corpos das mulheres, sem que se admita que as mulheres podem escolher a prostituição, seja por prazer, pelos ganhos financeiros ou por qualquer outra razão. Ademais, existem discrepâncias entre os discursos sobre a prostituição e a experiência das prostitutas, sendo ressaltada a diversidade de cenários em que esta atividade pode acontecer, e a multiplicidade de atividades econômicas relacionadas ao comércio de sexo. Aspectos da legislação brasileira relativa ao tema também são problematizados, além de uma rigorosa distinção entre prostituição, tráfico de pessoas para fins sexuais e turismo sexual. No debate é sublinhada a dificuldade de movimentos

sociais e de pesquisadores assumirem um posicionamento claro pelo direito das prostitutas ao exercício digno e seguro da sua atividade. Dificuldade que estaria relacionada à rejeição patriarcal do exercício da sexualidade por mulheres, cujo controle é essencial para a sua dominação.

Os dois últimos eixos trataram de questões em torno da maternidade, um dos principais símbolos da feminilidade. A experiência de ser mãe de gays, as práticas de gestação e maternidade de mulheres lésbicas, os caminhos da reprodução assistida e as histórias de mulheres que num dado momento da vida recusam a maternidade por meio do aborto. Mais do que a incondicionalidade do amor materno, a suposição de um desejo de maternidade inerente a qualquer mulher ou a adjetivação das mulheres que fazem aborto, o que estes textos trazem de novo é o escrutínio das formas como as instituições, sejam de saúde ou educação, o aparato legislativo e o poder judiciário lidam com estes temas. Algumas das tensões identificadas e discutidas versam sobre as dificuldades das escolas na abordagem da diversidade sexual, seja de alunos ou seus pais; a ampla disseminação de estratégias domésticas que viabilizem a reprodução de mulheres lésbicas, pela dificuldade de acesso a este recurso no sistema de saúde, e as tentativas de adaptação do aparato legal/judiciário às diferentes formas de parentesco possíveis de ocorrer com o uso das tecnologias reprodutivas. São também apresentados dados de pesquisas sobre aborto que mostram motivações para esta opção relacionadas a projetos de vida, e não apenas por contingência, e o apoio dos parceiros no processo de decisão e realização do procedimento.

Dois textos de caráter mais amplo encerram a publicação: um questiona o alcance da Lei Maria da Penha como resposta à violência de gênero contra as mulheres e outro retoma Foucault para refletir sobre a docilidade dos corpos femininos. Em ambos, o que se problematiza é o uso de instrumentos pontuais e de caráter coercitivo como estratégia para mudanças sociais que envolvem valores e poderes mais amplos e enraizados na sociedade.

A sensação, ao final da leitura, é de um conjunto denso de ideias que desestabiliza os discursos mais imediatos sobre gênero, sexualidade e feminismo. O diálogo entre experiências pessoais, resultados de pesquisa e teorizações inquieta e estimula novos olhares sobre temas supostamente conhecidos. O resultado não poderia ser melhor!